PALESTRA

ALAIN BADIOU

SAUDAÇÃO LUIZ FERNANDES DE ASSIS(1)

A presença do filósofo francês Alain Badiou na Assembléia Legislativa de Minas reafirma para nós, da Escola do legislativo, o espaço da reflexão, o tempo de pensar a política. Como em uma fábrica (de leis), 'as vezes nós não damos conta do entendimento amplo do discurso político, já que o vivenciamos apressada e atropeladamente com a rotina que nos cerca. O pragmatismo a que assistimos no dia-a-dia nos aliena e nos lança a um cotidiano que se mostra cada vez mais repetitivo, vazio e desestimulante. Só algo novo e inesperado poderá romper essa cadeia. O conhecimento das possibilidades de uma outra política, que virá da irrupção do evanescente, torna-nos, entretanto, menos cépticos em relação ao futuro.

O professor Alain Badiou, aqui, hoje, já é uma irrupção do inesperado. Seja bem vindo, professor , ao espaço do político. O senhor é bem vindo, igualmente, pelo combate frontal que faz ao totalitarismo e sua recusa sistemática ao não-pensamento. 'A democracia cabe potencializar todas as suas possibilidades, chamando para o diálogo os representantes eleitos, os profissionais da Casa, os interessados na matéria, os pensadores da política. Neste Parlamento, que se quer espaço do político e do público, estabeleceremos o encontro do autor com novos debatedores. Outras personalidades, em breve virão. Que esta fundação seja efetivamente um acontecimento para todos nós. Essa saudação precedeu a palestra que o professor Alain Badiou proferiu em 15 de setembro de 1993 sobre o tema Política e Filosofia, dentro do programa Pensando em Minas. O texto que se segue é a transcrição da referida palestra.

A partir desta transcrição convidamos dois articulistas para debaterem as idéias do filósofo francês: Os professores Ronald Rocha e Célio Garcia. A este último, aliás, devemos a gentileza da tradução simultânea da palestra.

Palestra Alain Badiou(2) Vou apresentar algumas reflexões sobre a política.

Na verdade, vou fazer oito comentados que poderão servir de base a uma discussão. Primeiro: na política, há sempre três elementos.

De início, há as pessoas, aquilo que elas fazem, o que pensam, o conjunto de suas atividades concretas, o conteúdo da vida popular. Em segundo lugar, há as organizações. que tentam formular perspectivas coletivas: sindicatos, associações de bairro, os grupos, comitês e, finalmente, os partidos políticos. Em terceiro lugar, há os órgãos do poder do Estado, os órgãos constitucionais e oficiais do poder: as Assembléias Legislativas, o poder do presidente, do Governo, o conjunto dos poderes locais. Há, por conseguinte, três elementos. Podemos dizer que toda a política será uma articulação desses três elementos. Podemos chamá-los, simplesmente, o povo, as organizações políticas e sociais e, finalmente, os órgãos do Estado. Uma política consiste sempre em buscar seus objetivos articulando os três elementos: o povo, as organizações e o Estado. Uma política será sempre um processo complexo, já que esses elementos são heterogêneos. Povo, organizações e Estado existem e se manifestam de maneira muito diferente. A questão da política, de qualquer política, será propor uma articulação desses termos heterogêneos. Agora, meu segundo comentário. Há o que podemos chamar de uma concepção clássica dessa articulação, quer dizer, a articulação dos três elementos, que são o povo, as organizações e o Estado. A concepção clássica diz o seguinte: primeiro, no povo, encontramos diferentes tendências ideológicas, mas também práticas, e essas tendências são mais ou menos ligadas ao status social, à classe, à prática profissional e concreta. Estas tendências têm, pois, objetivos diferentes. Elas terão uma idéia diferente quanto ao futuro da sociedade. Em segundo lugar, essas tendências serão representadas por organizações e partidos. Em terceiro lugar, esses partidos estarão em conflito para ocupar o poder do Estado e utilizá-lo em função de seus objetivos. Esta é a concepção normal, clássica. Ela diz, em suma, que as organizações políticas representam tendências populares e tentam fazer com que essas tendências venham a dispor, mais ou menos, do poder do Estado. Podemos considerar que a concepção clássica se manifestou sob quatro formas: a forma conservadora, a reformista, a revolucionária e a fascista. Essas quatro formas estão, na realidade, de acordo com essa concepção clássica da qual eu falo. Em outras palavras, elas estão de acordo quanto à idéia de que os partidos políticos estarão em conflito pelo controle do Estado, já que representam interesses opostos. Simplesmente, tanto a concepção revolucionária, quanto à fascista, dizem que o conflito é forçosamente violento, enquanto que as concepções reformista e conservadora dizem que o conflito pode permanecer dentro de regras constitucionais. Vocês estão vendo que, no interior da concepção clássica, a principal oposição se refere à natureza do conflito político. Concepção radical e violenta, por um lado, concepção regulamentada, por outro. Mas o que é importante é assinalar que essas quatro formas políticas, conservadora, revolucionária, reformista e fascista, estarão de acordo quanto ao seguinte ponto: a política é a representação, graças ao aparelho de Estado, deste conflito, dos interesses ideológicos. E essa representação tem por finalidade apoderar-se do Estado e colocá-lo a serviço dos objetivos buscados. Podemos dizer que, na concepção clássica, com essas diferentes formas, a articulação entre o povo, as organizações e o Estado passa pela idéia de representação. E com isto chegamos ao terceiro comentário: a forma moderna da idéia de representação é o que chamamos de "parlamentarismo". É o regime formal, tanto na França, no Brasil, como em outros países, como sabemos. Qual é a idéia geral do "parlamentarismo"? É a idéia de organizar a representação em todos os níveis por meio de eleições como mecanismo central. O "parlamentarismo" tem as seguintes características: de início, as tendências presentes no povo podem se organizar livremente em associações. Elas estarão representadas, nos diferentes aspectos da pratica social, por associações, sindicatos, etc. É o princípio da liberdade de associação, que podemos chamar também um princípio da liberdade de representação. As diferentes tendências expressam, assim, de maneira coletiva, as idéias, as reivindicações, a vontade, incluindo ações públicas, o que significa uma série de direitos: direito de greve, direito de manifestação, direito de publicar. Esses direitos, todos eles, podem ser chamados de direitos à representação pública. Esta é a primeira grande característica deste modelo de representação que chamo de "parlamentarismo". Segunda característica: entre essas associações, há os partidos políticos, que têm um aspecto muito particular no conjunto das associações representativas. A particularidade é a seguinte: os partidos políticos são, somente eles, capazes de ser representados diretamente no nível do Estado, já que o Estado é construído a partir do mecanismo eleitoral, e um candidato estará, claro, ligado a um partido. Podemos dizer que um partido político é o que faz o laço representativo entre o povo e o Estado. Ou, ainda, teremos associações que representam diretamente alguns interesses populares, que os expressam e exprimem publicamente, e teremos, por outro lado, os partidos políticos, que representam esses interesses no nível do Estado, dos órgãos do Estado, oficiais e constitucionais. Tudo isto tem uma conseqüência, que será o meu quarto comentário. Na realidade, neste sistema "parlamentarista", a política está subordinada ao Estado, isto independentemente da questão de saber se o Estado é mais ou menos autoritário. A subordinação da política ao Estado é uma subordinação de princípio. Ela resulta, na verdade, da idéia de representação. Por que essa subordinação? Vamos retomar aquela idéia dos três termos da toda política, povo, organizações e Estado. No "parlamentarismo", existe uma única articulação completa entre os três termos, que se realiza no voto. Será somente por ocasião do voto que os três termos estarão articulados. Por quê? Porque no momento do voto a representação do povo no nível dos partidos toma-se no mesmo tempo uma representação dos partidos no nível do Estado. Será, por conseguinte, o momento da articulação completa entre os três termos, já que se trata de uma dupla representação: representação das tendências populares no nível dos partidos e representação dos partidos no nível do Estado. Por conseguinte, temos que dizer que o voto é um momento sintético da representação "parlamentarista", o momento em que os três elementos da política estarão ligados. Mas temos que assinalar que o voto é regulamentado e organizado pelo Estado em um quadro constitucional. O voto supõe que todos aceitem este enquadramento, que todo o mundo aceite a idéia da dupla representação, como sendo a boa forma de ligação entre os três termos. Supõe-se, então, um consenso político sobre a idéia de representação. Eu direi que a forma subjetiva do "parlamentarismo" será este acordo consensual sobre a idéia de representação, e, no núcleo deste consenso, estará necessariamente o Estado, já que, como eu disse, a política estará finalmente subordinada ao Estado. Será graças ao Estado que teremos esta dupla representação e, por conseguinte, este laço político completo dos três termos, povo, organização e Estado. Neste enquadramento, as mobilizações populares funcionam somente como meios de pressão, já que elas são articulações incompletas, diferentemente do voto, que é a única articulação completa. As mobilizações populares tocam no primeiro nível da representação, quer dizer, o nível que diz respeito ao direito de expressão das tendências populares, mas elas não alcançam o segundo nível da representação, que é a representação no nível do Estado. Poderíamos dizer que uma mobilização popular no quadro do "parlamentarismo" continua a admitir o consenso no que diz respeito à dupla representação. Sob este ponto de vista, o "parlamentarismo" é uma forma política que exclui a ruptura, já que ele garante pelo menos uma continuidade, que vem a ser a forma constitucional do Estado, e talvez, mais fundamentalmente, a continuidade da idéia de representação, na sua dupla forma. Necessário se faz dizer que, no nível do Estado, não estou dizendo em todos os níveis, mas, no nível do Estado, o "parlamentarismo" é conservador. Eu não digo que ele dirige uma política conservadora, mas ele conserva a sua própria forma política, em particular este mecanismo da dupla representação, graças ao qual o Estado permanece o mestre e senhor do jogo. Ou, se vocês quiserem, a articulação incompleta da expressão popular estará subordinada à articulação completa do processo eleitoral.

O que me leva ao quinto comentário, que é uma questão.

No mundo inteiro, o "parlamentarismo" é hoje considerado como a melhor forma política. Mesmo onde ele não existe, há sempre manifestações a seu favor. Podemos colocar uma questão:

Por que o "parlamentarismo" seria hoje dominante, como forma política, ligado à idéia de representação? Eu creio que é porque as políticas de ruptura fracassaram. Acabamos de ver o "parlamentarismo" exclui a política de ruptura. Ele assegura a continuidade da idéia de representação. E isso é hoje a sua força: por conta do fracasso histórico das políticas de ruptura, quer estejamos falando de políticas revolucionárias, quer de políticas de ditaduras militares, como vocês mesmos conheceram, infelizmente, aqui. Mas há um ponto ao qual devemos dar muita atenção. As tentativas de ruptura - eu o disse ainda há pouco -, elas mesmas, mantinham a idéia de representação. Eu disse que conservadorismo, reformismo, fascismo e revolução tinham um ponto comum, que era representar a política como um conflito em tomo do Estado, sob a base de uma idéia de representação. Por exemplo, os partidos comunistas pretendiam representar uma classe, o proletariado; e os partidos fascistas sempre pretenderam representar a comunidade nacional. Estas tentativas fracassaram, mas elas mantinham a idéia de representação. A grande diferença com relação ao "parlamentarismo" era declarar que o conflito era necessariamente violento.

Neste ponto de vista, tratava-se forçosamente de uma política militarizada, de uma maneira ou de outra. Por outro lado, essas políticas colocavam igualmente a política sob a autoridade do Estado. Tratava-se de tomar o Estado e agir sobre a sociedade de uma maneira autoritária a partir do poder do Estado. Temos que anotar o seguinte ponto: as políticas que fracassaram (política revolucionária ou política autoritário-conservadora) tinham dois pontos em comum com o próprio "parlamentarismo": a idéia de representação e a subordinação da política ao Estado. O fracasso delas não quer dizer o fracasso destas duas idéias, representação e o primado do Estado, já que essas duas idéias são as idéias do "parlamentarismo", que conseguiu vencer, pois ele seria a melhor forma possível, levando em conta essas duas idéias.

E este será o tema e objeto do meu sexto comentário. Direi que o "parlamentarismo" venceu, pois ele seria a melhor política possível, se admitirmos três coisas ou três condições. Primeira, que a política é um mecanismo de representação. Segunda, que há organizações particulares, os partidos políticos, que representam as tendências da sociedade no nível do Estado. Terceira, que deve haver um consenso organizado a partir do Estado.

E, particularmente, um consenso regulamentado e constitucional, e, por conseqüência, será o Estado que assegurará a continuidade política. Se admitimos essas três condições, representação, representação graças aos partidos no nível do Estado e continuidade política garantida pelo Estado, aí, então, o "parlamentarismo" é a melhor forma. É a forma mais ágil, eficaz, para organizar essas três condições. No fundo, essas três condições eram aceitas pelos revolucionários, por exemplo, mas eles as organizavam de uma outra maneira. Eles pensavam que a representação poderia ser autoritária e que a continuidade no nível do Estado era diretamente a continuidade da representação, já que o Estado representava uma classe. Esta concepção, sabemos, veio a ser tida como rígida e burocrática, pouco adapta aos próprios movimentos sociais, e inadaptada à agilidade com que temos problemas de economia. E esta forma..., o que eu poderia dizer? Suicidou-se. Sabemos que o Estado soviético acabou fracassando sob a ação de seus próprios dirigentes. É um caso único, que mostra bem que as três condições às quais me refiro - representação, partidos, continuidade do Estado eram bem mal organizadas sob essa forma de que acabamos de falar. O "parlamentarismo" é, então, a forma superior para a organização dessas três formas, já que ele recorre ao consenso, que chamamos de consenso democrático, mas que, na verdade, é um consenso que diz respeito ao Estado. O "parlamentarismo" limita o conflito. Ele evita o endurecimento, a rigidez. No fundo, "parlamentarismo" deixa que os reformistas e conservadores se afrontem e, ao mesmo tempo, exclui os revolucionários e os fascistas. Essa limitação do conflito permite alargar o consenso e criar uma subjetividade representativa na qual a alternância do poder assegura uma continuidade fundamental.

Meus dois últimos comentários serão duas perguntas. A principal questão, no fundo, é a seguinte: teremos nós que pensar a política no enquadramento dessas três condições de que falei? Teremos nós que pensar que a política é um mecanismo de representação, que os partidos representam as tendências no nível do Estado e que o Estado assegura a continuidade política? Se pensamos a política a partir dessas três condições, aí então temos que aceitar o "parlamentarismo", que já provou historicamente a sua superioridade na articulação dessas condições. Mas isto quer dizer que um partido, digamos, progressista ou um partido que queira ter e defender uma política de emancipação terá necessariamente duas funções contraditórias. Primeiramente, ele terá que animar e mobilizar as associações populares, já que não há política de emancipação sem expressão coletiva da vontade popular. Um tal partido terá, por conseguinte, que imiscuir-se neste primeiro nível da representação. Isto supõe uma independência frente ao Estado. Supõe uma autonomia política com relação às idéias consensuais e supõe, igualmente, um mínimo de ruptura, já que essa expressão coletiva em questão não existe naturalmente. Temos que ajudar e sustentar a construção delas como novidades que estarão em ruptura com a ordem política existente, e um partido político que luta pela emancipação terá que participar de tudo isso. Mas este partido deverá, ao mesmo tempo, estar presente no segundo nível da representação, isto é, no nível daquela articulação completa, exatamente como o partido que aceita o "parlamentarismo", o que quer dizer sempre aceitar a regra da dupla representação. Ele terá que se apresentar às eleições, ocupar os postos de poder, por conseguinte adotar a regra do consenso e se preparar para gerenciar e administrar eventualmente o Estado.

Eis, portanto, duas condições para que haja um partido emancipador. O problema será sempre o de saber se a articulação completa, isto é, o segundo nível da representação, a regra do poder, do Estado, seria compatível com a autonomia política e o princípio de ruptura exigido por aquele primeiro nível da representação. Sei que muitos entre vocês estão no coração desta experiência e desta dificuldade, que é uma dificuldade contemporânea. Assim, só posso falar da minha experiência. Estou convencido agora, depois de ter feito algum tipo de aproximação ou abordagem, de que há no Brasil, a esse respeito, tentativas e novidades. Tratando-se da França, o que eu posso dizer é que, dez anos depois de poder da esquerda, esta contradição a colocou em pedaços, que o segundo nível da representação esmagou completamente, inteiramente, o primeiro. O número daqueles que estão sem trabalho hoje em dia é duas vezes mais elevado. O sindicalismo está em uma crise total. A figura popular e operária desapareceu da cena política. Muitos intelectuais passaram para a direita. O partido da extrema direita triplicou seus votos. È um fracasso total, sancionado pelo eleitorado. O "parlamentarismo" vingou-se. Aqueles que tinham chegado ao poder graças ao jogo eleitoral tiveram que ir embora assim mesmo e a sociedade que nos é deixada não é em nenhum ponto melhor do que aquela que eles encontraram. Eu conto esta experiência, já que ela se refere à dificuldade da qual eu falo. O problema é exatamente o seguinte: o Estado, como sabemos - e é somente ele que irá garantir aquela articulação completa - traz uma exigência certamente mais poderosa do que aquela outra do primeiro nível de representação. Então, temos que imaginar uma outra figura possível da articulação dos três termos - o povo, as organizações e o Estado. Não se trata de voltar a modelos antigos. Eu o disse: as políticas revolucionárias, por exemplo, mostraram que elas eram menos capazes de articular de uma maneira durável os três termos em comparação com o "parlamentarismo". Não há, por conseguinte, um modelo de articulação antigo, que devesse ser retomado e nossa experiência atual é essa mesma do "parlamentarismo". É a partir daí que teremos que colocar nossas questões. Temos aqui, neste País, a vantagem de poder colocar estas questões livremente, filosoficamente, e eu sei que, quando estamos sob a imposição da ação, esta tem suas necessidades próprias, mas isso não nos impede de colocar as questões e de servir de nossas experiências.

Este será o meu oitavo comentário, que vai tentar colocar um quadro de pensamento para reflexão. A idéia é esta, de que teremos que repensar inteiramente a política, mais dia, menos dia. Penso que o período atual é um período intermediário entre o fracasso das tentativas anteriores e o que não está ainda verdadeiramente formulado. Aderir ao "parlamentarismo" é uma forma desta transição, mas não creio que seja a figura definitiva. Ela submete a política de emancipação a imposições por demais severas e riscos de fracasso igualmente muito graves. Situação de transição será sempre uma situação paradoxal, porque será uma situação onde se diz: somos obrigados a fazer assim, mas teríamos que fazer de outra maneira, porém esta outra maneira não está clara. Eu creio nisto, tratando-se de "parlamentarismo". É a forma política dominante, mas não conhecemos outras, realmente, salvo aquelas que já fracassaram. Assim, podemos fazer tudo isso, podemos trabalhar com tudo isso, mas teríamos que trabalhar de outra maneira. As questões que eu trago estão no interior desta contradição, que confesso não estar ultrapassada ou resolvida, porque, sem dúvida, este período de transição é um período histórico, do qual não conhecemos a duração. No futuro, vai depender dos acontecimentos, que não podemos calcular, nem prever.

Isto dito, as três questões principais me parecem as seguintes. Primeira: poderíamos nós imaginar que o processo político organizado conserva sua independência com relação ao Estado? Poderíamos nós imaginar alguma coisa neste sentido? Um desenvolvimento bastante amplo e poderoso, um processo político organizado e refletido, que limitaria as possibilidades do Estado, graças à sua existência e ao seu poder, que imporia ao Estado tal ou qual decisão, sem ser obrigado a tomar sobre si mesmo os órgãos do Estado. Na linguagem que adotei há pouco, isto quereria dizer não aceitar o mecanismo da dupla representação e desdobrar, desenvolver a política unicamente no primeiro nível, sobre o qual teríamos que afirmar que ele vale por si mesmo e não graças à sua subordinação à segunda articulação, o que permitiria, creio eu, espaços de ruptura não necessariamente violentos, já que o princípio da violência é ou está sempre ligado ao conflito com o Estado ou pelo seu controle. Neste momento, eu veria a política como uma espécie de cerca em tomo do Estado com uma possibilidade de se impor ao Estado, de fazer com que ele já não existisse nesses termos. Teríamos aí então - é verdade que isso nunca existiu, é uma imagem - uma concepção da política que conservaria o ideal de emancipação e mesmo, se quiséssemos, a idéia comunista, a partir da qual é anunciado que o Estado viria a desaparecer, mas que conservaria essa idéia organizando-a diretamente, sem passar pela figura do próprio Estado. É isto que estou chamando de um cerco, uma abordagem, uma aproximação, talvez. A segunda idéia está ligada a essa primeira e se dirige às organizações. As organizações políticas absolutamente necessárias, já que um tal processo deverá ser suscitado, organizado e continuado, tanto mais que é ele mesmo que vai determinar, fixar suas próprias exigências. Por exemplo, eu lembro que uma etapa de eleições é, em geral, como sabemos, fixada pelo Estado. É uma regra exterior, eu quero dizer exterior à lógica própria do movimento popular. Por conseguinte, temos que pensar as organizações políticas. Teremos aí etapas que virão propor enunciados políticos, mobilizações, etc. Essas organizações poderão ser certamente fortes e conscientes na medida mesmo em que elas serão autônomas frente ao Estado. Essas organizações não terão mais aquelas duas funções contraditórias de que falei, ligadas à dupla representação. Na realidade, não seriam organizações representativas. Não teriam a pretensão de representar quem quer que seja. Elas seriam avaliadas, não enquanto representativas, mas a partir dos processos que elas são capazes de suscitar, organizar e continuar, isto é, a partir da força de independência frente ao Estado. Tal seria necessariamente um critério público, incluindo o critério da adesão e da militância. Finalmente, essa segunda idéia seria o bastante para que pudéssemos abandonar a idéia de representação. Aí consideraríamos que a política se realiza em processos políticos e não no nível de representações. Finalmente, a terceira idéia seria a de que as organizações e associações populares e, finalmente, todo o mundo, na medida em que cada um o desejasse, trabalhariam buscando rupturas com relação a tudo que o Estado organiza visando ao consenso. E isto ponto por ponto. Ou seja, levando-se em conta a variedade das questões que estão à nossa frente. Poderíamos chamar isso um enunciado político. Um enunciado político é alguma coisa que indica alguma ruptura e os meios dessa ruptura sob um ponto particular. Ruptura com relação à ordem do Estado ordinário. A política seria colocar à prova tais enunciados. Penso que uma grande tarefa para as organizações políticas seria, então, propor e encontrar tais enunciados políticos. Essa seria a capacidade própria dessas organizações, pois estou convencido de que tais enunciados não surgem no espaço espontaneamente. Digo isso porque, em determinados momentos desta viagem pelo Brasil, meus amigos me disseram que eu era um anarquista. Talvez nem eram amigos. Mas vocês hão de admitir que não se trata de uma concepção anarquista. Ela é tão pouco anarquista, que, em essência, nós deixamos o Estado nas mãos de seus responsáveis normais. Não se trata de uma dissolução brusca do Estado, por meio de um movimento espontâneo, não acredito mesmo nisso. Estou falando de um trabalho político organizado, cujo coração é a produção de enunciados políticos, ao mesmo tempo em que os colocamos à prova pública e coletivamente, com a idéia de que assim vamos produzir rupturas parciais, que limitam a capacidade do Estado. Trata-se de uma política que logo, de imediato, vai interessar-se pelo que chamaríamos de desaparecimento do Estado e, para isso, exigem-se organizações extremamente fortes e consistentes. Tudo isso se coloca entre, de um lado, uma imagem, e, de outro, um programa de trabalho, mas isso corresponde a um balanço da experiência, assim como a tentativas de compreendê-la em si mesma. É por isso mesmo que quero submetê-las a sua apreciação.

Professor, as organizações não-governamentais (Ongs), as que tratam da defesa do meio ambiente, da ecologia, por exemplo, têm feito seu aparecimento no cenário político e nem sempre, parece, pretendem assumir o controle do Estado. Estariam elas na linha dessas organizações, dessa nova maneira de fazer política que o senhor antevê? Queria fazer um comentário que me parece importante quanto à minha opinião. A aceitação desta forma política "parlamentar" tem um alcance mais amplo e profundo que o fato de existirem partidos no cenário. Pode muito bem ser uma organização não-govemamental e estar agindo dentro desse quadro do "parlamentarismo". O "parlamentarismo" é uma subjetividade, não necessariamente um mecanismo tão-somente. É uma concepção da política, no sentido amplo. Assim, para saber se um processo político é realmente novo, teremos que examiná-lo nos detalhes, teremos que conhecer a subjetividade que o inspira. Teremos que examinar os enunciados políticos que ele produz. Assim, não posso julgar de uma maneira geral. Por exemplo, na França, as organizações ecológicas começaram como organizações que se diziam independentes, mas, à medida que cresciam, elas se apresentaram às eleições, porque isso dava poder às pessoas. Quando elas cresceram ainda mais, apresentaram candidato à presidência da República. Aí, começaram a se enfraquecer. Talvez porque tudo isso era incoerente, e porque, entre uma linha de autonomia e a participação no nível dos órgãos do Estado, há realmente uma contradição. Não estou dizendo que não podemos praticar essa contradição, mas o que importa é ver que se trata de uma contradição e não praticá-la de uma maneira cega. No caso dessas organizações francesas, houve essa prática cega, o que conduziu a uma crise e a um fracasso. Bis por que eu creio que o que conta desde o início é o princípio político geral a partir do qual alguém trabalha ou trabalhamos nós, julgamos e participamos. Eu direi que as questões políticas, hoje, as questões profundas, dizem respeito ao pensamento da política. Talvez tenhamos que dar o início de resposta a esta pergunta: o que é a política? Se ela não quer dizer fazer a revolução, se ela não quer dizer ir contra o capitalismo, o que ela é? É uma pergunta. É a pergunta neste final de século. Se alguém responde que a política é o "parlamentarismo", eu aceito. É um pouco a situação atual, mas temos que examinar as conseqüências dessa escolha. Foi isto que tentei descrever, convicto que estou de que esta resposta é, no melhor dos casos, uma resposta pragmática provisória, mas não a resposta de fundo a esta pergunta: o que é a política? É evidente que estou pensando na política de emancipação, na política de liberação da humanidade. Quanto à política que pensaria tão-somente em conservar o capital, nós já sabemos o que é. Não há necessidade de pensar enormemente. Somente aqueles que se põem esta questão - o que é a política? - é que tentam estar engajados em uma política não conservadora. Sem dúvida, o ponto mais importante é: "O que é uma ruptura política?" Pois havia um modelo para isso, ligado à análise de classes e do capital, análise do conflito dos interesses sociais com a teoria do partido, com a teoria da insurreição, eto., incluindo a teoria do sindicalismo. Havia tudo isso. Hoje em dia, sabemos que não há nada. Digamos assim: há o que há, e nada mais. A vantagem é que nós podemos pensar livremente a partir de alguns princípios e de alguns elementos da experiência. Mas trata-se de uma renovação profunda. Professor, parece que fiquei mais preocupado ainda, depois de ouvir suas palavras, porque antes eu teria pelo menos por onde escapar - que seria o anarquismo - e agora acho que nem o anarquismo nos protege (risos). Acho que entendi a proposta do senhor como não-anarquista. Agora, no ano passado eu tive a oportunidade de ter um diálogo com duas pessoas, dois conterrâneos do senhor, Garaudy e Guattari. Eu perguntei a Garaudy: o que pode ser f eito dentro de um partido político? E ele disse categoricamente: nada! E o Guattari, que infelizmente nos deixou, disse que via um pouco diferente, porque achava que, nos países de Terceiro Mundo, especialmente no Brasil, havia uma possibilidade, no Partido dos Trabalhadores, ao qual, na época, eu era filiado. Diante disto, como é que o senhor diz: "Nós não temos nada afazer dentro dos partidos políticos " ? A outra questão é: como escapar desta tentação, que o senhor descreveu muito bem, dos movimentos não-govenamentais franceses, que acabaram caindo na tentação do Estado. Como escaparão tentação do Leviatã? Eu não disse que nada tínhamos a fazer no interior do partido político. Há duas questões diferentes na situação atual. A primeira questão é: o que é fazer política? A partir daí, a gente pensa o que pode pensar, mas a questão tem que ser praticada. Há outro problema: onde fazer política? É o que eu chamo a questão do lugar político. Onde se faz política? Suponha que alguém tivesse algumas idéias sobre uma política nova, isso de início não teria resolvido a questão do lugar em que colocaríamos em prática essas idéias. Penso, então, que a questão do "onde" depende da situação concreta. É possível que no Brasil seja possível fazer política e talvez necessário fazer política no interior do Partido dos Trabalhadores. Nada do que eu disse exclui esta possibilidade. Na medida mesmo em que penso ter compreendido, o Partido dos Trabalhadores é um lugar múltiplo. Esta multiplicidade toma possível uma diversidade de experiências, uma diversidade de hipóteses. Por conseguinte, a resposta a esta pergunta - "onde um brasileiro pode fazer política?" - depende da própria análise que se tiver feito da situação brasileira. Quanto à segunda pergunta, eu serei certamente mais radical, pelo menos a partir da experiência francesa. Não creio que a esquerda francesa sucumbiu à tentação. A questão é ainda mais grave. É exatamente aquilo que eu quis dizer no que se refere à dupla representação. A partir do momento em que ela, esquerda, estava com os encargos do Estado, a lógica própria do Estado levou a melhor, de um jeito total, de uma maneira absoluta. Desde o segundo ano do governo socialista, pois que havia o problema da moeda, das trocas internacionais, da crise econômica, etc-, etc., era indispensável fazer o que eles fizeram - tal era a lei das coisas. E ninguém jamais propôs outra coisa. Aliás, a direita faz a mesma coisa, o que prova que há uma lógica interna da situação, que impõe e impede a autonomia política. Refiro-me a essa situação. Por conseguinte, não é só uma tentação. Tudo isso se apresenta como uma necessidade. Em outras palavras, isso me leva a perguntar: em que condições uma política pode ser livre? Porque podemos admitir que o Estado é o regime da necessidade. Essa é a razão pela qual acredito que uma política livre - não estou pensando que possa fazer qualquer coisa, mas tentando exprimir aquilo que ela pode fazer livremente -, uma tal política tem que se destacar do Estado, se distanciar. Acho que esse é o resultado de um balanço que fazemos do século. No caso de participações reformistas no quadro de um governo constitucional, ou no dos partidos-Estado do Leste, em ambos os casos, a fusão da política com o Estado terminou por suprimir a autonomia da política. Bom, há um sujeito na política, há um sujeito na invenção política. Pelo menos você me convenceu disso. Há um acontecimento, uma verdade, e um acontecimento referido a um segundo acontecimento. E eu pensava a articulação do sujeito da invenção política nessa articulação de um acontecimento referido a outro. Posso pensar que o sujeito na política tem a ver com o gesto de articular o povo, a organização e o Estado? É um pouco isto a minha pergunta. Queria que você falasse um pouco mais desse sujeito da transformação política, o qual consegue esse gesto articulador. Voltarei ao início da minha exposição. Penso que uma política, ou melhor, um certo sujeito político, ativo, concreto, é, na verdade, um nó dos três elementos. Há, por um lado, a situação de massa, a situação popular, tal como existe num determinado momento Há a necessidade de concentração e organização das ideias e das práticas, e depois, por outro lado, a questão do Estado. No fundo a questão do Estado para a política pode ser formulada de uma maneira simples: a que distância estamos nós do Estado?

Como somos capazes de calcular essa distância frente ao Estado? Na concepção clássica, a distância é nula: temos sempre a ocupação do Estado. Como você sabe, na concepção anárquica, a distância é infinita: existe a espontaneidade das massas. Uma política verdadeira é uma distância que não é nula nem infinita. No fundo, o sujeito político é aquele que toma real essa distância. Acho que é isso. Se estamos nesta dificuldade política, no mundo todo, isso é um problema porque nós não somos mais capazes de pensar essa distância. Há hesitações entre, por exemplo, retomar o modelo que tentava ocupar o Estado ou abraçar a tentação anarquista, espontânea, enquanto que a verdadeira questão aponta para o cálculo da distância. Aquilo que chamei de um "enunciado político" é um enunciado que diz: eis a situação! Eis a possibilidade que acreditamos existir nesta situação! Eis os meios dessa possibilidade! E - talvez isso é o mais importante - eis a distância que guardamos em relação ao Estado. Distância essa que seda, como acabei de dizer, nem nula nem infinita e que pode variar. É evidente que não estamos sempre tão longe ou tão perto e tudo vai depender da situação política. Devo chamar então de sujeito político o sujeito de um enunciado político tomado neste sentido. Como pensar a política - essa política que eu não diria anarquista, mas pós-moderna - num país como o nosso no qual nem chegamos a esgotar esta forma conservadora, o "parlamentarismo " ? Um país onde as organizações não-governamentais e apropria cidadania não têm a menor garantia. Um país onde a violência predomina, onde se matam crianças, se massacram índios, onde se exterminam muitas pessoas nas favelas. Um país onde os próprios órgãos de Estado (inclusive aproprio ex-Secretário de Segurança Pública), recentemente, pregam a violência como combate à violência e conseguem com isso frutos eleitorais. Como é possível pensar essa política tão pós-moderna em um país de Terceiro Mundo, como o nosso? Ou nós já podemos considerar que perdemos o trem da história, definitivamente ? Vou começar pelo fim: depois de um mês de presença aqui no Brasil, não penso de jeito nenhum que vocês perderam o trem da história. Tive o sentimento é de que nós, aqui no Brasil, estaríamos muito mais no trem da história que os nossos velhos países cansados. Mas você coloca um problema sério. Eu me dou conta de que há no Brasil tarefas imperativas de modernização do Estado. Eu incluo a democratização quando falo em modernização. Tarefas de separação do Estado, pois o Estado aqui se encontra confundido com muitas outras coisas. Ele se confunde com os interesses econômicos, ele se deixa misturar com a corrupção, na medida em que o seu aparelho repressor policial está confundido com os bandidos. Tudo isso indica que o Estado está um pouco em decomposição. Ele não tem separação, nem transparência. Seria, então, difícil representá-lo. Dado que a política, mesmo aquela a que me refiro, distante do Estado, vai incluir, de alguma maneira, os três elementos, por conseguinte o Estado existirá sempre neste campo. A etapa que atravessamos no Brasil exige uma profunda transformação, subjetiva e objetiva, do Estado. É certo, me parece. Essa é uma tarefa política. O que você diz, no fundo, é que o "parlamentarismo" fornece ainda os meios ou esperanças para realizar essa tarefa, que ele não esgotou as suas possibilidades políticas nesse ponto. Esse também é o meu sentimento. Não sou um antipariamentar abstraio, mas as questões que trago hoje estarão em oposição ao "parlamentarismo", de qualquer maneira, mesmo no interior de uma experiência como essa. A gestão política, especialmente a dos prazos eleitorais, será necessariamente muito complexa. O "parlamentarismo" aqui ainda tem virtualidades, mas ele vai esgotando cada uma delas, isto me parece seguro. Por conseguinte, a preparação desses compromissos eleitorais exige que a questão "o que é a política?" seja colocada a partir de agora e aqui mesmo, embora neste país a contradição da qual eu falava, a contradição que encontramos no nível dos partidos progressistas, deva ser ainda praticada durante algum tempo. Então, é nessa medida que acho necessário o "parlamentarismo", porque no momento não vejo outras possibilidades. Voltamos àquela questão: "onde fazer política?". É provável que tenhamos que fazê-la no "parlamentarismo", aqui e agora. Mesmo nessa hipótese temos que prever, é uma transição. Não é o Estado realmente moderno que temos em mente. Professor Badiou, eu gostaria de tentar levantar algumas questões de natureza filosófica. Em primeiro lugar, gostaria de tomar Hegel como referência, para buscar pensar este Estado forte, absoluto. Hegel é o filósofo da modernidade, que pensou com bastante rigor a constituição de uma sociedade civil livre.

Hegel. através da sua dialética, através desta produção filosófica que atravessa até hoje o nosso século, imprimiu também no imaginário das pessoas uma concepção de política, uma concepção de história, que passou a ser o motivo da prática militante revolucionária. A subjetividade do militante revolucionário pré-bolchevique é profundamente marcada pelo idealismo hegeliano. Primeira questão: o que marca hoje a subjetividade do sujeito da transformação política pensada por Badiou? Segunda questão: se fugirmos da reflexão que este legado hegeliano nos deixou, de pensar que a história faz sentido, que ela se realizará em um Estado absoluto, como contrapor esta concepção do professor Badiou de que a história não existe, o que existe é o acontecimento? Esta indagação de que o acontecimento pode ser pensado, pode não ser pensado, mas que, afinal de contas, nos submete a todos. Professor Badiou, gostaria de pedir ao senhor, aparar desta experiência no Brasil, que indicasse para nós, militantes políticos revolucionários, um pouco desencantados com os partidos, a possibilidade de um programa político pedagógico, no nível de uma produção teórica, no âmbito da reflexão marxista, neste sentido de nós podermo-nos apropriar da nossa história. Trata-se de pensar, pois você está me pedindo para dizer quais são as marcas que encontro aí. Tudo isto depende do balanço que fizemos e que fazemos da política revolucionária. Estou convencido de que uma grande parte da história política acaba de terminar, um período que começa com a Revolução Francesa em 89, passando pela Revolução Russa, Revolução Chinesa, Revolução Cubana, marcado por grandes tentativas. Mas este período se acaba. Quando um período termina, ocorre também o término de uma forma de pensamento. Não é só o fracasso disso ou daquilo. É esse enquadramento geral a partir do qual era pensada a política que deixou de ser operatório. Necessário se faz reedificar um outro quadro de pensamento. A partir de que? Para mim a partir de duas coisas: daquilo que nós tivermos pensado, fazendo o balanço do período anterior, sobre o Estado, o partido, a história, as classes; por outro lado, a partir de acontecimentos reais, os quais, levando em conta o antigo referencial, são obscuros. O nosso ponto de apoio precioso será o que acontece nos acontecimentos coletivos e que o antigo quadro não permitia compreender. Posso dar talvez o exemplo francês. O conjunto dos acontecimentos entre 68 e 73 não foi suficientemente pensado a partir daquele quadro anterior. Permanece o que poderíamos chamar um acontecimento obscuro. Se temos novas idéias, elas iluminarão estes acontecimentos obscuros, elas ordenarão um sentido retroativo, que vai nos permitir reformular as orientações políticas. Apresento uma hipótese a vocês: tive a sensação de que alguma coisa, por ocasião do inpeachment de Collor, era também um acontecimento obscuro, não naquilo que ele buscava, mas na sua maneira de ser, no seu surgimento, naquilo a que ele chegou. Alguma coisa que se passava fora dos quadros da representação clássica. Estar na frente ao pensar a política exige duas regras: primeiramente, fazer um balanço atento e rigoroso do que aconteceu no período anterior - repensar, por exemplo, a Revolução Francesa, a Revolução Bolchevique, os movimentos populares deste século. E fazer, deste sujeito, novas hipóteses e novas interpretações. Segunda regra: estar atento aos acontecimentos que não são claros e que nos apontam a necessidade de inventar um novo quadro de pensamento. É por isso mesmo que, em filosofia, proponho uma série de noções, como acontecimento, situação, verdade, processo, construção...(mas também não vou dar aqui uma aula de Filosofia). Em política, a tarefa é da mesma natureza. Temos que substituir o antigo vocabulário e vamos levar em conta que a nossa linguagem política é mais velha que a situação. Uma parte do problema é fazer com que a linguagem da política esteja adequada ao movimento e à novidade. Esta também é a tarefa dos enunciados políticos. Um enunciado político verdadeiro também exige uma invenção em nível da língua. É uma renovação do vocabulário político. Um dos principais problemas que o senhor identificou seria o da institucionalização da política, das tentativas de uma prática política não conservadora. Isto seria uma marca política deste final de século. E chegou a enunciar, inclusive, que uma das propostas, hoje, seria manter a tentativa de separação institucional entre o Estado e as organizações independentes não-govemamentais. Este seria um dos enunciados da tentativa atual de delinear uma nova forma de fazer política. No entanto, o senhor mesmo afirmou que isto não é tanto um problema das pessoas que hoje estão fazendo política ou que estão dentro do Estado, mas seria fruto de uma necessidade própria que o Estado, que as instituições colocam. Não seria, portanto, uma falsa questão, uma falsa proposta a tentativa de separação disso aí como uma das formas de saída e de busca deste novo contorno da política ? Não seria falsa a tentativa de separar a política da política? Essa fórmula que você usou me parece uma idéia muito interessante: separar a política da política. Isso me faz pensar numa fórmula de Lenine: há política e política. Mas eu diria que esta tentativa de separação da política se realiza a partir do interior da experiência política. Nada do que eu disse corresponde a um programa. Só faz sentido a partir do interior de uma experiência. Podemos partir com esta idéia que você trouxe, de crítica da questão da separação, dizendo que, no fundo, a partir do interior de uma experiência política, tentamos pensar e praticar a política em outros termos que não aqueles já presentes na situação em que se falava de política. Estas situações concretas são sempre assim. Conserva-se um pé de um lado, o antigo, e um pé no outro, o novo. Não serve para nada você ficar saltando de um lado para o outro, com uma perna só. Fazer política seria separar do novo político o antigo político. O que eu queria dizer desta questão do antigo e do novo na política diz respeito ao Estado: este é que é o balanço do século. Por conseguinte, será sempre com relação à distância frente ao Estado que poderemos, no interior da política, fazer com que seja frutífera essa dialética entre o antigo e o novo. Será sempre em torno desse ponto. Trata-se de um comentário. Existe uma diferença considerável entre a França, um país desenvolvido, e o Brasil. Fica, para nós, difícil perceber a contradição neste duplo sentido de representação, pelo que se depreende de uma social-democracía, corno a francesa, ande pouca diferença faz se as coalizões no poder são mais à esquerda ou à direita, ande, não fosse a gravidade da presente crise econômica mundial, certamente o conjunto das organizações sociais teria pouca reclamação a fazer da sua realidade social. Tomando a questão pelo viés brasileiro, existem estudos aqui (cito um do professor Antônio Paixão, publicado em Dilemas da Consolidação Democrática no Brasil) que evidenciam que o avanço das organizações populares em relação ao Estado cartonai é um avanço que muitas vezes prova sua eficácia pelo emprego da violência, da dramatização dos conflitos sociais urbanos, etc. Além disso, preocupa-nos, em relação a essas organizações que vão sublimando o Estado, a perda de perspectiva ideológica ou cultural - coisa que, até então, os partidos de certa forma traduziam. No caso particular da Europa, assistimos à extinção dos Estados nacionais pela criação de um super estado supranacional. E esse Estado hoje, na forma como se coloca no mundo, vem constituindo uma espécie de apartheid - mundial - excludente em relação a países ou cidadãos do Terceiro Mundo. Não vejo a possibilidade de uma discussão de política dentro da idéia de um Estado nacional, sem considerarmos esta conjuntura internacional de hoje. Se existe uma possibilidade real de ruptura na política, ela está colocada em uma geopolítica Norte-Sul. Dois comentários. Primeiro, não creio nessa dicotomia Norte-Sul. É uma expressão muito cômoda, mas que não apreende a realidade. É uma expressão que considero só jornalística, muito mais que uma análise política. No meu entender, o Brasil não é um país subdesenvolvido. No Brasil, estão justapostos vários países diferentes. Eu pude ver, em se tratando da ordem econômica, intelectual, processos brasileiros tão amplamente desenvolvidos como aqueles que se vêem na Europa. Na medida mesmo em que há uma divisão Norte-Sul, vocês têm essa divisão aqui no interior do País. Mas talvez tenhamos que mudar a geografia, do sul pelo norte, e do norte pelo sul. Talvez nem fosse isso. No interior mesmo das cidades brasileiras a situação é muito mais complexa. Pelo menos deveríamos chamar o Brasil de um país intermediário, sacudido violentamente por lógicas contraditórias. Este é o primeiro comentário. O segundo: em toda a sua extensão, o Brasil é confrontado com estes problemas políticos, inclusive questões que poderíamos pensar como multinternacionais. Elas têm aqui mesmo representação, ponto de apoio, sede, no espaço social e político brasileiro. Assim, eu penso que todo enunciado político verdadeiro com respeito ao Brasil, mesmo que aparentemente só voltado para o interior, tratará e abordará as questões que você evoca, especialmente porque este país, particularmente, é uma representação da desordem do mundo inteiro. Se quiséssemos usar uma linguagem cientifista, diríamos que o Brasil é uma metonímia do universo. Acho que é uma vantagem, e, ao mesmo tempo um problema para vocês. Mas frequentemente é assim. Os males que estão aí a nos castigar são ao mesmo tempo ponto de apoio de onde vamos partir. Deste ponto de vista, vamos ter que olhar de perto o que você disse sobre a França e a Europa. Não é verdade que a situação política na França seja boa e satisfatória, aliás, por outras razões que não as que temos aqui, naturalmente. Vemos, por exemplo, no nosso país, uma crispação na identidade quanto à questão do racismo, uma ampla despolitização, um egoísmo por parte dos grupos sociais, sem exceção, cada vez maior. O futuro político dos países da Europa é obscuro. Não pense que você terá que desejar, pois já o temos. Seria um verdadeiro erro. Erro no qual caem atualmente os países do Leste europeu, que idealizaram o capitalismo europeu, e que estão agora em uma confusão política total. Bis por que, quanto a num, direi que o espaço político brasileiro é um espaço aberto, aberto à experiência, aberto aos acontecimentos, aberto ao pensamento. Podemos dizer, quando se está aqui, que há um futuro. A imagem deste futuro não está clara. Mas já podemos estar sensíveis a esta dinâmica. Eu discuti com amigos sobre a história do Brasil. Estivemos de acordo sobre um ponto. Parece ser uma particularidade, em se tratando da história do Brasil, o fato de não ter havido um grande acontecimento nacional e popular fundador. O Brasil não foi marcado simbolicamente por uma grande fundação. Eis por que o Brasil tem dificuldades de encontrar pontos para se localizar frente a uma tradição paternalista e clientelista. Mas o sentimento que me percorre uma intuição, simplesmente - é que os acontecimentos estão diante de vocês, eles se preparam, e a tensão que reina neste país deve ser vista dessa maneira, como se o Brasil fosse um grande e poderoso navio, um pouco sem capitão e sem leme, um pouco à deriva, sem saber aonde vai, mas que vai numa direção. Se vocês me permitem, vou concluir com um comentário de um estrangeiro, agora no final desta viagem, onde vi coisas terríveis e confusões consideráveis: tenho profunda confiança neste país. Professor Badiou, algumas perguntas mais para esclarecimento da sua fala do que propriamente para refutação. Pareceu-me que era um diálogo entre aprostraçao e o alento. A prostração, porque o senhor faz um diagnóstico muito bem feito de uma linguagem vazia, despotencializada, sobre a política. É um sentimento estranho de que se fala, mas não se diz. Tudo foi feito, mas foi em vão. E o alento é que, finalmente, perdemos a esperança na política, ou na política clássica. Esta seria a primeira tentativa de interpretação de sua exposição. Em suma, nada resta a fazer, senão tudo a fazer. Perguntaria então: quais seriam as hipóteses de efeitos deste diálogo? Primeira: não há mais lugar para apolítica. Ela não é mais um lugar privilegiado da ação social. Todos os lugares são políticos, sem elo. O que os torna então, privilegiados? Privilegiada é a questão: não mais o "onde", mas o "como". O que é emancipar, o que é democracia, e como se emancipar, e como se democratizar? A questão torna-se maior do que tudo, ou pelo menos orienta o todo. A terceira observação: usando sua bela expressão, enunciado político, eu ousaria dizer que o primeiro enunciado político para hoje, para o Brasil, seria o enunciado filosófico, mais precisamente fenomenológico. Voltar à coisa mesma. O que é isso de fazer política? O pensar hoje seria a restauração do revolucionário no nosso país, um país que, jogado na urgência, ficou mudo e não pensa e, portanto, não pensa a sua própria política. E como é possível fazer uma política revolucionária com conceitos envelhecidos? Então, volto novamente ao começo. Nós estamos diante de uma situação real de frustração social, e diante de um vazio, que é a questão. Entendi que você trouxe pontuações, não necessariamente questões. Mas eu queria fazer mais uma vez um comentário. A política consiste sempre em partir de onde nós estamos, das coisas em si mesmas. As coisas que existem, afinal de contas, são a vida e o pensamento das pessoas. Em certo sentido, o país é isso mesmo e nada mais. O problema para este país e para os outros seria encontrar e inventar um quadro para o pensamento político no qual pudéssemos entender realmente o que pensam as pessoas, onde pudéssemos pensar o que pensam as pessoas. Creio que uma parte do pensamento político atual não permite pensar o que pensam as pessoas. Neste sentido, diria, a política é uma possibilidade de pensar, um pensamento prático que supõe sempre pensar a partir daquilo que as pessoas pensam. Este é o momento político mais importante, o verdadeiro momento da organização. Uma organização verdadeira é uma organização que é capaz de pensar o que pensam as pessoas e de desdobrar este pensamento e de organizá-lo e mante-lo à distância do Estado, como uma força verdadeira.

Ainda uma vez quero dizer que o meu sentimento é que o Brasil é um lugar possível para isso e que algumas experiências vão neste sentido e que aqui no Brasil, como em outros lugares, nós estamos em uma transição, pois que o quadro geral do pensamento político é metade (ou dois terços) antigo e metade (ou um terço) novo.